

Governo já prevê novo reajuste para servidor em 2023

ORÇAMENTO DE 2023

PREVISÃO DE NOVO REAJUSTE

Pressionado, governo reserva R\$ 11,7 bi para aumento a servidores

MANOEL VENTURA

Enquanto o governo Jair Bolsonaro avalia como conceder reajuste linear de 5% aos servidores públicos este ano...

A previsão de nova correção no ano que vem pode apaziguar a pressão que parte do funcionalismo exerce sobre Bolsonaro neste ano eleitoral...



Ineditismo. Governo inclui na Lei de Diretrizes Orçamentárias previsão de reajuste pela primeira vez. Decisão caberá ao presidente

PRIORIDADE NO ORÇAMENTO

A previsão de reajuste consta no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, que define as bases para o Orçamento do próximo ano...

— Não tem como falar se vai ser linear ou por carreira. A ideia é que se crie uma reserva. A decisão ficará a cargo do presidente — disse o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

A previsão expressa de reajuste e a definição de um valor para isso é uma novidade da LDO de 2023, de acordo com o governo. O reajuste consta como uma das prioridades para o Orçamento do próximo ano, junto com programas de transferência de renda. É a primeira vez que aumento salarial é definido como prioridade na elaboração do Orçamento federal. Nos anos anteriores, inclusive em 2022, a LDO previa apenas uma revisão geral,

já prevista na Constituição. De acordo com um integrante do governo, a previsão expressa também é uma tentativa de aplacar as manifestações do funcionalismo, que já

5% É o reajuste estimado a partir de julho para os servidores. O custo previsto do aumento nas contas públicas este ano é de R\$ 6,3 bilhões

afetam serviços como a aduana. Hoje, porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proibe conceder aumento para ser aplicado apenas após o fim do mandato do governan-

R\$ 12,6 bilhões. Este é o impacto estimado em 2023. Isso é quanto custará para reajustar o funcionalismo. Valor supera o montante já reservado na LDO

te. Ou seja, o reajuste de 2023 pode ser previsto na LDO e no Orçamento, mas não oficializado este ano, segundo a LRF.

O projeto abre a possibilidade de reajuste do vale-alimentação e do vale-creche dos servidores, desde que o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão seja igual ou inferior ao valor per capita da União. A LDO diz, na prática, que Judiciário e Legislativo não podem reajustar seus benefícios acima do que ganha o Executivo. Colnago afirmou, porém,

que ainda não houve decisão sobre o aumento de 5%. Diversas fontes do governo confirmaram que esse foi o percentual decidido por Bolsonaro na semana passada.

A previsão, disse o secretário, é que um reajuste dessa magnitude represente impacto de R\$ 6,3 bilhões este ano e R\$ 12,6 bilhões em 2023. O valor, disse, já consome todo o espaço reservado para reajuste no ano que vem:

— Todo mundo quer e deseja mais, mas um eventual reajuste de 5% já é um esforço fiscal considerável.

Especialista em contas públicas, Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da gestora de recursos Ryo Asset, diz que a reserva de quase R\$ 12 bilhões é inconveniente:

— Isso estimula a manutenção da mobilização e pode abrir a porta para que outros grupos de interesse façam o mesmo.

RISCO AOS SERVIÇOS

Os funcionários de União, estados e municípios passaram dois anos (2020 e 2021) sem reajustes, como contrapartida ao aumento de gastos decorrente da pandemia. Agora, os servidores federais pressionam por aumento, enquanto praticamente todos os estados já anunciaram reajustes.

A LDO de 2023 prevê rembo de R\$ 65,9 bilhões para as contas públicas. A previsão é que as contas do governo voltem ao azul só em 2025, com superávit de R\$ 33,7 bilhões. O governo vem fechando as contas novemelho desde 2014.

O documento projeta que as despesas federais somem R\$ 1,866 trilhão em 2023. O governo alerta, porém, que há o risco de precarização dos serviços públicos. Isso porque pode ser necessário cortar gastos discricionários (de manutenção da máquina pública e serviços) para acomodar despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias).

Daniel Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que as despesas discricionárias estão sendo reduzidas a tal ponto que podem ser insuficientes para manter a máquina pública:

— Pelas projeções fiscais, vejo risco elevado de, a partir de 2024, o nível de discricionários estar abaixo do suficiente para garantir a manutenção das políticas públicas.

Especialistas veem risco de 'bomba fiscal' para 2023

Governo alega que medidas de incentivo e benesses refletem maior arrecadação, mas economistas alertam para riscos adiante

FERNANDA TRISOTTO

As medidas de incentivo econômico e benesses do governo a algumas categorias próximas do presidente Jair Bolsonaro têm o potencial de virar uma bomba fiscal em 2023, segundo especialistas. Ações como corte de impostos, correção salarial de servidores e benefícios tributários dos últimos meses se baseiam em aumento estrutural da arrecadação, segundo fontes oficiais, porém essa tese não é consenso entre economistas. Muitos veem armadilhas para o próximo governo e avaliam que será necessário até rever o teto de gastos,

âncora que estabelece que os gastos públicos só podem crescer até o limite da inflação do ano anterior.

CORREÇÃO DA TABELA DO IR

Para Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora do FGV/IBre, pesa também nesse cenário o fator do ano eleitoral, que pode resultar em um "leilão de promessas" com agravamento da situação fiscal.

— Qual é o risco disso? Enorme, porque agente não tem uma âncora fiscal. Apesar de ter aberto uma brecha no ano passado na casa de R\$ 113 bilhões, foi incapaz de acomodar um reajuste de 5% para os servidores. A

gente está deixando uma bomba fiscal para ser desarmada em 2023 — afirma.

O corte de tributos, como IPI e PIS/Cofins, tem impacto fiscal de R\$ 40 bilhões. O reajuste de servidores já conta com reserva de R\$ 11,7 bilhões do próximo Orçamento. E o governo precisa garantir verba para o pagamento do Auxílio Brasil, que só tem solução para este ano, e para bancar a promessa de reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR). Ainda pesa a aceleração da inflação, que resulta em um reajuste maior do salário mínimo, com efeito cascata nas contas públicas.

No último fim de semana, o presidente Jair Bolsonaro

“Não é possível prever que essas condições vão perdurar até o fim do ano”

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ

afirmou que já conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito da correção da tabela do IR. Segundo Bolsonaro, o governo pretende anunciar para o ano que vem “elevação de desconto do IR, passando de R\$ 2 mil para perto de R\$ 3 mil”, em referência à faixa de isenção. Hoje,

quem ganha até R\$ 1.903,98 mensais está isento de prestar contas ao Fisco. Ele acrescentou que não seria necessário encontrar fonte alternativa para compensar a medida.

REVISÃO DO TETO DE GASTOS

Todo esse pacote, na avaliação de Juliana, pode exigir revisão do teto de gastos, a ser feita pelo atual governo ou pelo próximo.

— Não acredito na manutenção do teto para 2023. Ele vai precisar ser modificado para conseguir acomodar essas despesas — disse ela, que vê risco de o governo precisar subir impostos no próximo ano e de o mercado entender que essas

baixas não são sustentáveis, o que pode desancorar as expectativas e fazer com que os juros subam mais.

Oficialmente, o governo justifica uma série de medidas, especialmente as de desoneração, pelo crescimento estrutural da arrecadação federal, um reflexo da atividade econômica. Mas economistas discordam.

A professora da Coppead/UFRJ Margarida Gutierrez diz que não há movimento de mudança estrutural na economia brasileira, apenas fatores conjunturais, como é o caso do nível de atividade econômica mais forte do primeiro bimestre, da inflação alta que turbinou a base de arrecadação no curto prazo, e da alta global de commodities:

— Não é possível prever que essas condições vão perdurar até o fim do ano. Há incertezas, como as eleições e a guerra (na Ucrânia) em andamento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13